

Greves e repressão na transição para a democracia: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Sabrina de Oliveira Moura Dias^{*}
Bruno Cecílio Oliveira^{**}

Introdução^{*}**

Esta pesquisa tem como ponto de partida a compreensão das greves de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em geral, e de grupos específicos de trabalhadores, a partir da utilização de documentos originais reunidos e catalogados pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR) Dom Waldir Calheiros. A CSN é conhecida nacionalmente tanto por seu papel na produção siderúrgica, sendo a primeira grande usina integrada do país, como pelo ambiente explosivo de greves, paralisações e dura repressão que marcaram os anos finais da década de 1980 e início dos 1990. A pesquisa estabeleceu como principais objetivos: compreender as greves, e o papel de um grupo específico de grevistas, os trabalhadores da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM). Estima-se que alguns grupos ligados a funções e áreas específicas do trabalho na siderúrgica desempenharam papel importante na organização e liderança dos movimentos grevistas. Para além de membros das comissões de fábrica e de sindicalistas, o trabalho tem ainda por objeto o levantamento da participação de lideranças espontâneas nos movimento paredista. A pesquisa, ainda em curso, faz uso de documentos inéditos obtidos junto ao arquivo da empresa sobre as greves ocorridas na usina nos anos 1980, o que permite revisitar estas ações coletivas dando enfoque particular às táticas dos trabalhadores, áreas/seções e grupos mais engajados, e às formas de controle exercidas pela empresa para a contenção dos movimentos paredistas.

A pesquisa analisou documentos originais reunidos no Centro de Memória do Sul Fluminense (CEMESF) Genival Luiz da Silva, como resultado do trabalho conjunto entre a

* Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF - Volta Redonda). Contato: sabrinamouradias@gmail.com

** Graduando do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense e bolsista de iniciação científica da FAPERJ (UFF – Volta Redonda). Contato: brunocecilio7@hotmail.com

*** Agradecemos à FAPERJ pela concessão de bolsa de Iniciação Científica no período de 2016 a 2018, que tornou possível a realização de parte desta pesquisa.

CMV e os docentes, bolsistas e pesquisadores da UFF¹. O texto a seguir foi elaborado com base em artigos de jornais e revistas de época, depoimentos e testemunhos concedidos à Comissão, e documentos digitalizados que compõe parte do banco de dados dos arquivos da CSN, sob a guarda do CEMESF.

A transição para a democracia e as greves nos anos 1980: vigilância e repressão

Volta Redonda é uma cidade que ficou consolidada no imaginário nacional como um experimento de gestão social que marcou uma época. Durante a década de 1940, a cidade foi erigida com o objetivo de sediar a maior indústria siderúrgica do país. O empreendimento era parte de um grande projeto desenvolvimentista do Estado Novo que tinha como objetivo inserir o Brasil no mapa das nações modernas e industriais do mundo. Pragmaticamente, a construção da CSN tinha por objetivo estimular a industrialização do país, bem como direcioná-lo para sua independência econômica e política (Morel, 1989; Fernandes, 2001). Simbolicamente, a criação da cidade de Volta Redonda tinha a intenção de tornar público e visível o modelo de relação de classes que deveria se tornar padrão em todo o território nacional durante o governo de Getúlio Vargas. Indústria e cidade associadas era uma experiência exemplar que inaugurava a modernização nacional representada pela industrialização pesada e pela harmonia entre capital, trabalho e Estado. Embora outras empresas estatais tivessem sido criadas neste período, a CSN foi a única que fez emergir em torno de si uma cidade inteira (Morel, 1989).

A acumulação desses atributos de cidade-empresa e trabalhador-cidadão fez com que os acontecimentos que envolviam as relações de trabalho dentro da empresa se expandissem naturalmente pelo espaço, e assumissem projeções de níveis cada vez maiores. Os desafios que eram colocados à política nacional, os dilemas e embates que eram resultados da implantação das modernas relações de trabalho, bem como o desenvolvimento das instituições de defesa do trabalhador, são todos elementos que marcaram a história da cidade. A cidade-empresa tornou-se repetidas vezes o palco da encenação da luta entre o capital e o trabalho, materializada pelas disputas entre a CSN e seus trabalhadores. A mistura das atribuições da

¹ Projeto intitulado “O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (1ª BIB) na Repressão da Ditadura Militar na região Sul Fluminense” financiado pela FAPERJ entre 2014 e 2016.

CSN, como patrão, proprietária das casas e dos recursos da cidade (inicialmente) findou por complexificar a luta dos trabalhadores. As reivindicações, tanto em relação a elementos que envolviam a esfera do trabalho *stricto sensu*, como em relação a demandas derivadas do crescente conflito urbano, funcionaram, segundo Morel (1989), como combustível e aprendizado importante para a construção de lutas que seriam intensificadas mais tarde.

Durante toda a década de 1980, o Sindicato dos Metalúrgicos organizou importantes greves e paralisações que invadiram as ruas da cidade e as páginas dos noticiários locais e nacionais. O caráter vanguardista e inovador da cidade de Volta Redonda seriam novamente reafirmados, todavia, desta vez, com um novo protagonismo. Importantes líderes políticos e sindicais tiveram na cidade de Volta Redonda um palco privilegiado para encenar o drama da redemocratização e da luta operária no plano nacional. A sobrevivência das características originais de cidade operária parece ter contribuído para a exacerbação dos conflitos e para o estreitamento dos laços de solidariedade que uniam os atores de diversas camadas sociais em prol de um bem comum: a defesa dos direitos civis, políticos e sociais.

Fortemente reprimidas durante o período da ditadura militar, as demandas sociais e trabalhistas assumiram ares de convulsão social a partir dos anos 1980 no Brasil. Neste período o país tornou-se uma referência mundial em termos de ocorrência de greves, número de grevistas participantes e de dias parados (Noronha, 1998). No ABC paulista no final dos anos 1970, a greve já havia sido reincorporada ao repertório de luta do sindicato dos metalúrgicos, produzindo mobilizações que seriam tomadas como exemplares em outros lugares e categorias. De maneira geral, as greves que começaram a se popularizar entre diferentes categorias de trabalhadores no período são relacionadas à: 1) penúria econômica da classe trabalhadora causada por perdas salariais e aumento da inflação; 2) emergência de novos partidos, sindicatos, centrais sindicais e lideranças engajadas na causa operária; 3) associação dos sindicatos com os movimentos sociais; 4) ao ambiente de abertura política e de luta pela redemocratização (Noronha, 1998).

Após breve mobilização grevista no ano de 1964, a organização e mobilização dos trabalhadores só viriam a ocorrer novamente nos anos 1980. O funcionamento da usina foi parcialmente interrompido nos anos de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989 e 1990 (Gracioli, 1997). A promulgação da Constituição Federal de 1988 inaugurou o novo ordenamento jurídico no país, momento em que teríamos passado a viver efetivamente sob os ares das liberdades democráticas.

A despeito da ditadura militar no Brasil ter se encerrado oficialmente em 1985, as greves na CSN a partir de 1986 foram marcadas por recorrentes intervenções militares, e por extrema truculência no desmantelamento da organização grevista dos trabalhadores nas greves de ocupação da usina (Graciolli, 1997). As recorrentes intervenções criaram um ambiente de animosidade que culminou com o assassinato de três trabalhadores da usina pelo exército brasileiro em 1988. Por outro lado, documentos produzidos por órgãos de fiscalização e perseguição internos à empresa e criados como instâncias de repressão durante a ditadura continuaram a ser produzidos durante estas mesmas greves. A Assessoria de Informação e Segurança (ASI) era um órgão de vigilância e inteligência para promoção da segurança interna, ligado ao Sistema Nacional de Informação (SNI) e funcionou nas dependências da usina até o ano de 1991 (Relatório da CMV – VR, 2015). Neste sentido, é necessário refletirmos: por que alguns documentos e práticas autoritárias continuaram a ser produzidos/levadas a cabo pela CSN mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988? De acordo com alguns autores, um ambiente de ditadura tardia caracterizava a forma como o Estado lidava com os movimentos de reivindicações dos trabalhadores em Volta Redonda e alhures. De acordo com o Relatório da CMV – VR:

Em quase todas as greves da CSN-FEM, algumas por razões restritas à CSN outras por razões de grave geral, houve a invasão da Usina Presidente Vargas pelas forças do Exército sediadas no 22º BIMTZ, em Barra Mansa, para reprimir o movimento grevista, mas sob alegação de “proteção dos equipamentos”. Essas intervenções demonstravam que na CSN, em Volta Redonda, a Ditadura Militar tardiamente ainda vigorava, e punha em prática o plano antigreve elaborado em comum acordo com a direção da CSN e os comandantes do 22º BIMTZ, mediado pela ASI-CSN, que continuava existindo, junto com SNI. (Relatório da CMV – VR, 2015, p. 469-470)

Durante a ditadura civil-militar, a cidade de Volta Redonda foi considerada área de segurança nacional entre os anos de 1973 e 1985, tendo sido vigiada de perto, estrategicamente, em um primeiro momento, pelo 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB) e, posteriormente, substituído pelo 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (22º BIMTZ), localizado na cidade vizinha de Barra Mansa. Ao mesmo tempo em que a repressão sobre os movimentos de organização dos trabalhadores da CSN era exercida pelo Estado através das forças policiais ostensivas e investigativas locais (Exército, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal), a empresa, assim como outras estatais no mesmo período, como a Petrobrás e, como se verificou posteriormente, também empresas privadas, como a Volkswagen, guardava um “braço direito” da vigilância do Estado dentro da Usina através da ASI e da Divisão de Segurança da Usina (DSU). De fato os documentos produzidos pela ASI e pela

DSU da CSN nunca foram encontrados, nem mesmo após as diligências realizadas pela equipe de pesquisadores que integravam o grupo de trabalho de identificação e catalogação desses documentos da CMV-VR. Entretanto após minucioso trabalho de leitura desses arquivos foi possível verificar em diversos outros documentos indícios da existência e funcionamento desses órgãos dentro da Usina Presidente Vargas (UPV).

Infelizmente é difícil precisar com exatidão quais tipos de documentos a ASI e a DSU produziram, por conta do desaparecimento de seus arquivos administrativos². No entanto, parte da documentação das greves e dos movimentos paretistas registradas durante a década de 1980, e anteriores, foram produzidas pela ASI e pela DSU, órgãos especialmente criadas pelo militares durante a Ditadura, enquanto que os documentos de mesma natureza registrados a partir da década de 1990 foram em geral produzidos por órgãos no âmbito administrativo, ou seja, pelos próprios setores em que ocorriam ou ocorreram movimentações e disputas por espaços de mobilização desses trabalhadores. Os documentos datados do período anterior à abertura política não estavam assinados pelos agentes, exceto quando de comunicados oficiais às autoridades locais competentes, enquanto que os relatórios posteriores (década de 1990 em diante) estão todos assinados pelos responsáveis por suas áreas ou setores³.

Embora esse marco temporal seja importante para nos situarmos na discussão com relação à produção desses documentos, ao que parece, esse mesmo fator não foi levado em consideração por quem os produziam. Esse sinalizador que dicotomiza as esferas de vigilância da e na CSN é ignorado quase que completamente quando colocamos essa documentação lado a lado e comparamos umas com as outras⁴. Mudaram-se as siglas, os chefes responsáveis, a lei (Constituição), mas o *modus operandi* continuou o mesmo.

Sobre as greves na UPV foram produzidas uma série de pesquisas que se debruçaram sobre a compreensão destes movimentos à luz de explicações baseadas na ascensão do novo sindicalismo, na fusão das demandas dos movimentos sociais, partidos políticos e

² Com exceção de cópias desses documentos que foram levados ao antigo Sistema Nacional de Informações (SNI), atualmente Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), e que estão no Arquivo Nacional e nos processos de anistia política movidos por trabalhadores da região perseguidos naquele período, julgados ou tramitando, no âmbito do Ministério da Justiça.

³ Os militares e os agentes colaboradores com a repressão temiam serem identificados uma vez que isso poderia ensejar o reconhecimento pessoal e a comprovação de suas práticas delituosas.

⁴ Essas informações quase sempre aparecem em formatos de listas ou tabelas com nomes e matrículas de trabalhadores, as empresas a que pertenciam, as funções que exerciam, os setores onde atuavam, as ocorrências em que estavam envolvidos, entre outras informações meticulosas levadas a conhecimento da direção da CSN e utilizadas para manter a repressão sobre esses ativistas.

movimentos dos trabalhadores, e no contexto de efervescência criado pela redemocratização. Muitos trabalhos dedicados à análise das greves em Volta Redonda se empenharam em traçar um perfil das lideranças sindicais e políticas no intuito de sustentar a tese do ativismo e engajamento da classe trabalhadora da CSN (Graciolli, 1997; Santana, 2007). Estas pesquisas discorreram sobre o perfil combativo e engajado dos militantes e sindicalistas de diferentes vieses ideológicos e partidários, e identificaram sua vinculação às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e aos movimentos sociais como fator de explicação para a insurgência e a mobilização dos trabalhadores (Pereira, 2007). No entanto, embora o perfil das lideranças, a associação com os movimentos sociais e o ambiente de expectativas gerado pela transição democrática desempenhem papel significativo na explicação da eclosão das greves na CSN, permanece ainda a questão sobre como e por que estas lideranças conseguiram arregimentar e organizar um grande contingente de trabalhadores em torno destas greves. Nas seções seguintes, faremos considerações preliminares sobre a participação de alguns grupos de trabalhadores nos movimentos e as causas de seu engajamento.

As Greves na CSN: a mobilização e seus espaços privilegiados

A despeito da mobilização e da participação de diferentes trabalhadores, sindicalistas e líderes na eclosão das greves dos anos 1980 na UPV, um grupo de funcionários emerge de entrevistas, e leituras produzidas sobre o período como “a força das greves”: os trabalhadores da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM). Bedê (2010) identificou certo protagonismo dos trabalhadores da FEM em uma mobilização coletiva de resistência ao golpe de 1964 e na formação de lideranças políticas já àquela época. Esta greve já demonstrava o potencial e a capacidade de organização e de engajamento destes trabalhadores, estimuladas por uma posição relativamente privilegiada na estrutura da empresa:

A base política mais forte do movimento sindical era a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), de onde brotou a liderança de Lima Neto. Na FEM, o processo de trabalho não era automatizado pela linha de produção, tal como era na produção do aço. A divisão social da FEM, em que pese sua utilização de grande maquinário, dependia de um corpo significativo de operários qualificados e técnicos cujo controle do trabalho pelo capital era mais limitado do que nas linhas de produção da usina. (BEDÊ, 2010, p. 261)

No relatório feito pela CMV-VR, o pesquisador Edgard Bedê incorporou informações sobre a pesquisa histórica que fez no doutorado sobre a greve de 1964, ocorrida no dia 1º de abril daquele ano, por ele identificada como uma greve de resistência ao golpe militar e de defesa do governo de João Goulart. Já nesta greve, o autor identifica uma participação importante de trabalhadores da subsidiária FEM. Isto porque dentro da usina, a resistência que desencadeou o movimento grevista se concentrou em alguns departamentos como no DOP, no DRM e na FEM. Parte das informações sobre esta greve foi extraída do IPM 1569/64 – CSN, que segundo o relatório, identifica tanto os participantes quanto os acontecimentos que se seguiram à paralisação e abandono dos postos de trabalho por parte dos trabalhadores da Usina Presidente Vargas. De acordo com Bedê:

Apesar de efetivamente não ter havido paralisação total do processo produtivo da Usina, houve, por outro lado, não uma desprezível, mas sim, uma significativa resistência operária sob a direção do sindicato dos metalúrgicos e com participação espontânea de militantes sindicais da FEM e de vários departamentos da Usina, em especial o DRM. Esse movimento grevista envolveu também a oposição sindical trabalhista sob comando da direção “política” da CSN vinculada ao governo Jango (...)No dia 1º de abril de 1964, o movimento operário atuou em três focos de resistência ao golpe: na rádio, na Usina e na sede do Sindicato. Na Rádio Siderúrgica Nacional, ocorreu a resistência ao Golpe na onda da “Cadeia da Legalidade” da Usina Nacional até 16h20min; Na Usina, como anteriormente foi analisado, a resistência desencadeou movimento grevista, com adesões coletivas e individuais significativas, principalmente na FEM, no DOP e no DRM, além de dezenas de operários que não entravam para trabalhar naquele dia.” (Relatório da CMV-VR, 2015, p. 46-47).

A participação ativa, principalmente dos trabalhadores do Departamento de Recuperação de Material (DRM), não era fortuita: de acordo com Bedê, a experiência da participação no processo produtivo enquanto categoria qualificada tinha um efeito pedagógico sobre o desenvolvimento da solidariedade e da consciência de classe (Relatório da CMV-VR, 2015). Dentro desta experiência, figurava um conhecimento mais holístico da cadeia produtiva e de seus equipamentos, propiciada pela atividade de reparo de máquinas e ferramentas provenientes de diferentes seções e áreas da fábrica, maior autonomia e poder de decisão. Décadas após a realização desta greve, o papel central desempenhado tanto pela FEM, quanto pela DRM nas greves, e o efeito politizador emprestado aos trabalhadores por sua posição no processo produtivo aparece nas memórias de um antigo trabalhador:

O nosso departamento era o mais importante dentro da Usina porque foi o mais antigo, né? É dali que se organizou a manutenção dos equipamentos e vamos dizer nosso departamento foi criado na instalação da Usina, testava o material. Quer dizer, a Usina toda foi montada sob a supervisão do nosso Departamento. Que lá tinha os laboratórios. Qualquer equipamento, antes de montar, elétrico, era testado no laboratório pra ver como é que tava. Depois de instalado, qualquer problema que tinha, a manutenção então ia fazer a manutenção. E com isso nosso departamento tornou-se de grande importância no contexto da Usina. Tinha o pessoal mais especializado, turma de laboratório, turma de instalação, turma de manutenção. O departamento de mais atração no sindicato era o nosso. Por ser o mais antigo, tinha o pessoal mais maduro. Toda vez que adoecia uma pessoa, se fazia uma lista pra levar ajuda pra ele. No dia do pagamento todo mundo assinava, uma comissão levava na casa daquele empregado. O nome do Departamento era ORME (Oficina de Reparação de Material Elétrico) depois virou DRM. Era o Departamento que tinha toda certificação de todas as máquinas de toda Usina. (Depoimento de José Emílio, 2005, Relatório da CMV-VR, 2015)

Em período mais recente a narrativa sobre a greve de 1988 na UPV de Veiga e Fonseca (2008) também aponta o papel decisivo da FEM na deflagração do movimento paredista daquele ano:

(...) Na madrugada de segunda o Marcelo, Vanderlei, Edmar e Bartolomeu pularam a cerca e entraram na usina para começar o arrastão na laminação. E por que na laminação? Porque é onde está o produto acabado, e também é onde fica a FEM, que tem um pessoal combativo em qualquer movimento. O pessoal da FEM pegava o boletim, passava direto e ia para a fábrica. Os diretores ficaram no serviço de ponto conversando com os operários da laminação junto com mais uns companheiros da CSN. Quando chegaram na FEM já estava tudo parado, os operários, de roupa trocada, vieram se juntar ao pessoal da laminação. (Veiga e Fonseca, 2008, p. 82 e 83)

A FEM foi inaugurada no início dos anos de 1960 para criar produtos específicos para a construção civil (Lopes, 2003). Nesta época, a FEM era um departamento da CSN especializado em fabricação e montagem metálica. Inicialmente, os trabalhadores da FEM e da CSN “tinham os mesmos direitos” segundo o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Carlos Perrut. Por volta da década de 1980, a FEM passou a incorporar os serviços de manutenção da CSN. Foi nessa época também que ela deixou de ser departamento e passou a ser subsidiária da CSN. A FEM possuía, a partir de então, uma diretoria própria, que

negociava em separado com seu efetivo de acordo com sua receita⁵. Depois de um tempo, os trabalhadores da FEM e da CSN passaram a utilizar uniformes diferentes, embora suas matrículas continuassem iguais⁶. É importante ressaltar o fato de que durante a década de 1980, os funcionários da FEM, principalmente os de manutenção do Departamento de Manutenção Mecânica (DMM) e da fábrica⁷ ganharam fama como “a força das greves”, como os agitadores e desencadeadores das manifestações dentro da usina.

São marcantes na bibliografia o apontamento de locais onde esses movimentos se davam com maior contundência como elucida a narrativa de Veiga e Fonseca “*no DMM (Departamento de Manutenção Mecânica), é o pessoal da FEM com uma gerência que se chama GEMONT (Gerência de Montagem), havia mais ou menos 2 mil funcionários. Eles fizeram uma greve lá dentro*”. Exatamente o que também registrou à época o jornal O Globo de terça-feira, 8 de novembro de 1988:

A primeira ocupação da usina foi às 8h, quando 3 mil trabalhadores, liderados pelo deputado federal José Juarez (Presidente licenciado do Sindicato e candidato a prefeito de Volta Redonda pelo PDT), entraram pelo portão principal da usina, na Praça Macedo Soares, ocupando as unidades de produção. (...) Os grevistas arrastaram uma patrulha da guarda especial, que estava estacionado do lado de dentro, em frente ao portão, e empurraram o caminhão de som do Sindicato até o pátio da SOM e fizeram a assembleia. (O GLOBO, 1988).

A sigla SOM fazia referência à Superintendência de Oficinas Mecânicas um galpão enorme em um pátio amplo localizado onde atualmente é parte do estacionamento ao lado do novo Escritório Central. Descrito a época como um ambiente muito conservado com canteiros gramados e flores plantadas esse imenso espaço também abrigava outros galpões de superintendências como o Departamento de Rolamento de Motores (DRM) e a Superintendência de Manutenção de Máquinas Pesadas, pás mecânicas, tratores etc. (SMA) (Veiga e Fonseca, 2008).

⁵ Embora nas décadas de 1980 e 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos continuasse a pressionar pela assinatura de um acordo coletivo comum para os trabalhadores da “FEM/CSN”.

⁶ Em entrevista concedida à autora, alguns trabalhadores mencionaram que os funcionários da FEM recebiam salários superiores aos da CSN, e outros mencionaram o contrário. É provável que durante o início da FEM e em época de crescimento da construção civil no Brasil, a remuneração fosse maior na FEM, situação que parece ter se invertido ao longo do tempo e, principalmente, nos anos de 1990, quando a FEM começou a acumular prejuízos milionários (Resenha da Imprensa – 1995).

As narrativas convergem para o entendimento de que o espaço de localização da SOM era o local de concentração da mobilização dos trabalhadores da CSN. Neste sentido, para além do fato de a SOM abrigar a realização atividades de manutenção, que tinham um caráter ainda fortemente vinculado à identidade de ofício, ela ainda permitia a concentração de grande contingente de trabalhadores. De acordo com Veiga e Fonseca (1990):

Pátio da SOM – por que não Pátio da DRM ou SMA? A SOM ficou conhecida porque era e continua sendo um dos grandes centro de mobilização. Ali trabalham mais ou menos 3 mil operários, e todos os movimentos dos metalúrgicos da CSN começaram pela SOM; assim a superintendência foi ficando famosa pela sua mobilização e luta, e este grande pátio ficou sendo denominado, pela ‘arigozada’, Pátio da SOM”. (Veiga e Fonseca, 1990, p. 87)

A construção do espaço de trabalho como espaço de luta, legou aos trabalhadores e moradores da cidade de Volta Redonda a expressão “Pátio da SOM”, que notadamente, a partir das greves dos anos 1980, passou a ter uma forte conexão com a mobilização e a ação coletiva dentro da usina. De fato, ao analisarmos a documentação referente aos movimentos grevistas dos anos de 1988 e 1989, isso incluindo um universo de mais de cem recortes de reportagens de jornais de circulação nacional (O Globo, Jornal do Brasil, O Dia), a todo o momento há alusão ao local (pátio da SOM) como ponto de concentração das assembleias internas dos trabalhadores da CSN. As assembleias internas dos trabalhadores da CSN eram realizadas no pátio da SOM, ao passo que as assembleias externas eram realizadas em frente ao (antigo) Escritório Central da empresa.

Os trabalhadores da FEM na greve de 1988

As greves nos anos 1980 em Volta Redonda, bem como em outras grandes empresas no Brasil, tinha por objetivo, sobretudo a busca de reposição salarial e a luta contra a inflação e o arrocho salarial experienciados pela classe trabalhadora nos anos de chumbo (Gracioli, 1997). O dia 22 de setembro de 1988 marcou a votação da Redação Final do Projeto de

⁷ Foram estes trabalhadores que deram início à greve de 1989. (Boletim 9 de novembro de 19/09/1989)

Constituição que trazia, entre outras conquistas, o direito à jornada de 6 horas de trabalho para trabalhadores em turno ininterrupto de revezamento. Desde o início daquele mês, a estratégia de mobilização do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, de iniciar campanhas de pequenas paralisações na FEM, vinha se desenvolvendo junto aos trabalhadores da FEM. A tática mobilizada pelos dirigentes do sindicato e pelo então deputado constituinte Juarez Antunes passava pela acentuação do tratamento diferenciado da CSN para com seus funcionários próprios e os quadros da subsidiária. Isto porque o julgamento do dissídio coletivo daquele ano, ocorrido em 9 de setembro de 1988, havia proferido parecer favorável à concessão da produtividade de 4% para os trabalhadores das duas empresas. Enquanto a CSN acatou o pagamento da produtividade, a FEM optou por recorrer da decisão e solicitar efeito suspensivo, tal qual havia feito - sem êxito - a CSN. Portanto, quando Juarez em conjunto com outros sindicalistas adentrou a FEM no dia 20 de setembro e organizou dentro de seu espaço duas assembleias, os trabalhadores da subsidiária permaneciam sem o recebimento dos 4% da produtividade, em contraste com os funcionários da CSN, que haviam recebido o percentual nos dias 12 e 13 daquele mês. A possibilidade de que os trabalhadores da FEM não recebessem a produtividade e fossem tratados em disparidade em relação aos trabalhadores da CSN criou um combustível para a mobilização que foi percebido tanto pelos sindicalistas quanto pelos diretores da CSN, da FEM e da Siderbrás, e relatado nos documentos oficiais das empresas trocados entre diferentes diretorias. Em um deles, lê-se um apelo à revisão da conduta de embate suscitada pelo não pagamento dos 4% de produtividade, que teria ampliado as paralisações ocorridas na controlada:

Tendo em vista que a FEM já percebe entre seus empregados sinais de inquietação e de preparação para a radicalização de posições, em torno da produtividade – mais ainda do pagamento que está sendo efetuado pela CSN – solicita autorização para efetuar o mesmo pagamento, a título de adiantamento, até a solução final do assunto, como forma de evitar o crescimento da mobilização entre seus empregados, já influenciados pelas reivindicações relativas à URP retida e aos 26,06% da inflação de junho/87. O objetivo de nossa comunicação é o de encaminhar o pleito da FEM, com o qual concordamos, haja vista os transtornos que a mobilização de seu pessoal podem causar à CSN. (Banco de Dados dos Arquivos da CSN, CEMESF)

Diretores da FEM demandavam o cumprimento provisório da sentença do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), até o julgamento final, de maneira a arrefecer o clima crescente de insatisfação na subsidiária. A tensão era ainda maior em função do fato de que 30% do quadro da subsidiária era composto de empregados da CSN à disposição da FEM desde a sua

criação, os quais já tinham recebido a produtividade e que, segundo os documentos oficiais enfatizavam, trabalhavam junto aos trabalhadores da subsidiária, nas mesmas áreas. Esses mesmos documentos indicam que embora CSN e FEM fossem empresas diferentes, as decisões sobre as questões salariais dos quadros havia sido até então uniformes, o que poderia criar expectativa e sentimento de injustiça entre os empregados da subsidiária. A mobilização que vinha sendo fraca na CSN, teria alterado a estratégia do Sindicato, que buscou iniciar o movimento paredista na FEM no início de setembro de 1988.

Até o dia 19 daquele mês, foram organizadas três paralisações de uma hora na FEM e, no dia 20, o deputado constituinte Juarez Antunes, acompanhado dos diretores sindicais Marcelo Felício, Luiz Antonio Vieira Albano, Isaque Fonseca e Luiz de Oliveira Rodrigues entraram na usina às 8:30 e, de acordo com o relatório produzido pelo departamento de Recursos Humanos da empresa, permaneceram nas instalações da subsidiária até as 17:00, realizando assembleias e incitando os trabalhadores à greve. No discurso dos sindicalistas estava presente o destaque ao não pagamento da produtividade à maior parte dos trabalhadores da FEM, em contraste com os funcionários da CSN. Embora a mobilização não tenha sido exitosa na área da manutenção mecânica (DMM), ela conseguiu arregimentar os trabalhadores da Oficina da FEM. Para além da pauta específica da FEM, o sindicato buscava mobilizar os trabalhadores em torno da luta pelo turno de 6 horas e pela reposição das perdas salariais.

A greve de 1988 eclodiu efetivamente em novembro daquele ano e foi a mais violenta ocorrida na usina, terminado com um saldo de 3 mortes e dezenas de trabalhadores feridos. O movimento grevista tinha como bandeiras essenciais, entre outras, o cumprimento da jornada de 6 horas, a readmissão de trabalhadores e sindicalistas demitidos nas greves anteriores e pagamento dos 26,06% do plano Bresser de junho/1987 (Graciolli, 1997). As comissões de fábrica clandestinas, em conjunto com os sindicalistas, tiveram um papel essencial na condução do movimento no interior da usina e na sua transformação em uma ação de massas (Graciolli, 1997). As assembleias realizadas pelo sindicato durante a greve chegaram a contar com cerca de 35 mil pessoas. Após 17 dias a greve foi encerrada e, à despeito dos mortos e feridos, foi considerada vitoriosa em função do atendimento à parte importante das reivindicações, como a reintegração de 117 trabalhadores demitidos, a concessão da URP de junho/88, além de abono e reajuste salarial (Graciolli, 1997). Além disso, a principal liderança operária dos anos 1980, Juarez Antunes, foi eleito prefeito de Volta Redonda, mas morreu ainda em 1989, dias após a posse, em acidente de carro ainda hoje envolto por mistérios e controvérsias (Monteiro, 1995).

Identificação das principais lideranças das greves na Usina Presidente Vargas (UPV) nos anos de 1980

Entre os documentos valiosos reunidos no CEMESF estão os documentos relativos às greves ocorridas na usina, bem como os documentos da CSN que identificam os sindicalistas e trabalhadores mais ativos nos movimentos grevistas.⁸ As informações apresentadas em tabela versam conjuntamente sobre o envolvimento de operários da CSN, FEM e da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC) nas greves⁹.

Com relação às lideranças, alguns membros do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda aparecem com maior frequência nos registros realizados pela CSN durante as mobilizações ocorridas na década de 1980. Se por um lado José Juarez Antunes, Carlos Alexandre Honorato, José Maurício Batista (Boquinha), Nilson Carneiro Sales, entre outros, eram os mais cotados a assumirem posições de liderança, a partir de 1990 as lideranças antigas se se misturam a novas lideranças e uma nova configuração nesse núcleo de direção aparece. Durante a transição dos anos de 1980 para os anos de 1990 ascenderam à direção do Sindicato dos Metalúrgicos novas lideranças¹⁰ como a do mecânico Jadir Baptista de Araújo da SSM e Herbert Lourenço, ambos funcionários da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM). Há ainda neste período a emergência de novos locais/áreas como foco do início das mobilizações dos trabalhadores da usina. Áreas, gerências e superintendências como a Oficina das Sinterizações (SMR), a Manutenção de Coqueria (SMC), entre outras¹¹ passam a ganhar destaque como espaços de mobilização dos trabalhadores. Por outro lado, para além das táticas de convencimento utilizadas pelo sindicato para estimular a adesão ao movimento, o “arrastão” também era um dos recursos utilizados desde os anos 1980 contra aqueles que, por

⁸ Durante a pesquisa, encontramos uma documentação identificada como “Empregados Demitidos em Decorrencia do Movimento de 19/20 Agosto de 1987” e trata de uma planilha elaborada por órgão oficial da CSN com a finalidade de sistematizar o controle e punição dos operários envolvidos no movimento grevista.

⁹ Como o “Nome” do trabalhador; a “Situação Funcional” em que se encontrava; compreendendo: o número de “Matrícula”; a “Unidade” em que exercia suas funções. Uma das dificuldades identificadas no trato desta documentação é que nem sempre a relação de trabalhadores envolvidos na greve elaborada pela CSN apresenta a informação sobre a empresa a qual ele pertence (CSN/FEM) ou a área em que está alocado.

¹⁰ Ao utilizarmos o termo “novas lideranças” referimo-nos apenas ao aparecimento de novos nomes nos registros documentais.

¹¹ Siglas de áreas ainda não identificadas.

medo de retaliações da empresa ou por oposição à mobilização, se recusavam a aderir ao movimento:

No dia 04.08.1990 por volta das 14:30 hs quando me dirigia para a Oficina das Sinterizações fui abordado por um grupo de pessoas num ARRASTÃO liderado pelo Jadir da FEM. Um dos participantes do grupo, o Monção da SGOM, assim quando cheguei na porta da Oficina se dirigiu a mim muito nervoso e exaltado, com ofensas do tipo 'É isso aí que está tomando conta de vocês'; não dá papo para esse BABACA não. Tentando apaziguar a situação, quis conversar com o mesmo o que foi inútil. O grupo queria me colocar à frente do ARRASTÃO e me levar para fora da USINA o que não procede, mas assim mesmo fui obrigado a sair do local, assim como outros funcionários não 'Credenciados' pelo SINDICATO atrapalhando o bom andamento do turno (Dossiê Greves CSN, 1990, CEMESF)

Fato curioso é que esses movimentos a partir da década de 1990 são liderados por trabalhadores da FEM e que por duas vezes se iniciam na FEM como registrou Veiga e Fonseca (1990, p. 77) e como registrou o relatório da paralisação do dia 13 de julho de 1990 no Galpão da DECOS na FEM, quando Wanderley Barcelos e um grupo seis ativistas realizou uma operação arrastão nesse local¹². Nestes movimentos, os trabalhadores agiam de maneira coordenada e sincrônica. Enquanto grupos de metalúrgicos ficavam fora da CSN panfletando e realizando piquetes, outros grupos espalhados dentro da usina promoviam as operações de arrastão para retirar os trabalhadores que furavam a greve de seus postos de trabalho, ora se concentrando no pátio da SOM, para os informes dados pela diretoria do Sindicato, ora se concentrando do lado de fora da usina para as Assembleias realizadas em frente ao Escritório Central.

Conclusões

A pesquisa ainda em curso, em convergência com a leitura de outros autores (Bedê, 2010; Relatório Final da CMV-VR, 2015; Veiga e Fonseca, 2008), identifica que a participação dos trabalhadores da FEM nas mobilizações grevistas na UPV nos anos 1980 não foi acidental, mas sistemática e persistente. O papel de vanguarda desempenhado por estes trabalhadores era reconhecido pelo sindicato e pela empresa à época mesmo da eclosão dos

¹² Relatório da Greve de 1990 encontrado no CEDOC – Sala 1, Dossiê Greves CSN – CX 7737.

movimentos. Embora o quadro de funcionários da subsidiária fosse substantivamente inferior em termos numéricos àquele dos funcionários da CSN nos anos 1980, a participação relativa dos trabalhadores da FEM nas greves foi expressiva, o que parece reflexo de seu papel de destaque na produção e de certa condição de autonomia relacionado ao desempenho de funções estratégicas e qualificadas. Nos depoimentos coletados, a menção à qualificação dos trabalhadores da FEM não raro se mistura à exaltação de seu papel e peso nos movimentos dos anos 1980. Embora não tenhamos discutido de maneira pormenorizada a trajetória da FEM dentro da estrutura da CSN, desde a sua criação nos anos 1960 até a sua extinção em 2002 é possível perceber um processo de redução gradual e progressiva de sua importância no processo produtivo e na estrutura da usina. De seu início como departamento, a FEM foi alçada a subsidiária da CSN e, embora inicialmente os organogramas da usina demonstrassem que a empresa encontrava-se subordinada diretamente ao Diretor Industrial (DI) e, abaixo apenas das divisões do 2º Escalão - ocupando, portanto, o terceiro escalão da Usina, ao lado das Superintendências - a partir de meados dos anos de 1970 e estendendo-se até o final da década de 1980 a FEM deixa de estar subordinada diretamente ao Presidente e Diretor Industrial e passa a ser alocada em direções, secretarias e superintendências de atividades controladas, quadro que se mantém durante a década de 1990. A mudança na posição da empresa nos documentos administrativos da produção parece denotar certa perda de prestígio e de poder da subsidiária dentro da usina.

Em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, o plano de reestruturação e saneamento da empresa implementado por Roberto Procópio de Lima Netto, então presidente da CSN, previa a demissão de 4 mil trabalhadores diretos, 2 mil trabalhadores de subcontratadas, e a desativação da FEM (Monteiro, 1995). Embora a subsidiária só tenha sido extinta anos mais tarde, em 2002, ela assume a partir de então um novo papel na usina nos anos 1990: de ser a principal fornecedora de serviços terceirizados e quarteirizados à CSN. A partir de então, grande parte da mão de obra subcontratada da CSN era fornecida direta ou indiretamente pela FEM, criando, segundo um sindicalista, as “feinhas” e as “feiosas”, termos pejorativos utilizados para expressar as terceirizações em cascata que conduziam à precarização das condições dos trabalhadores da usina. Nestes anos, a CSN transferiu progressivamente áreas e funções inteiras para diferentes empresas, incluindo a subsidiária. Entre as funções quase integralmente transferidas para a FEM e outras empresas destaca-se a manutenção de equipamentos, que agrupava um dos maiores contingentes de trabalhadores da siderúrgica. Nestes anos, a FEM e seus trabalhadores já não gozavam mais do *status* que acumulado

outrora em função de seu *know-how* e qualificação. A diferenciação entre as condições e os estatutos dos funcionários da CSN e da subsidiária aprofundou-se, e a FEM passou a desempenhar papel substancial de intermediária na contratação de serviços terceirizados na usina até a sua extinção em 2002, quando os funcionários de manutenção da empresa passaram a integrar majoritariamente os quadros de firmas terceirizadas.

Referências Bibliográficas

CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE . *Banco de Dados dos Arquivos da CSN Dossiê Greves*, 2018.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE VOLTA REDONDA. *Relatório Final (2013-2015)*, Volta Redonda, 2015.

BEDÊ, E. D. A. Tonolli. (2007) *Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe operária em Volta Redonda*”. Tese de Doutorado, UFF.

BEDÊ, E. D. A. T. (2010) *Formação da classe operária em Volta Redonda*. Volta Redonda, nova gráfica editora.

DIAS, S. de O. M. *Dentro da usina, mas fora da “família”*: trabalhadores e terceirização na CSN. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) –Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, Marlene. *Volta Redonda: Imaginários, memórias e identidades*. Dissertação de Mestrado, ECO/UFRJ, 2001.

GRACIOLLI, E. (1997) *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: Edufu.

Jornal O GLOBO de 8 de novembro de 1988. *Metalúrgicos em Greve Ocupam CSN*, Rio de Janeiro.

LOPES, A. (2003) *A aventura da forma: urbanismo e utopia em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: E-papers.

MONTEIRO, G. T. M. (1995) *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros*. Rio de Janeiro: FSB Comunicações.

MOREL, R. L. M. *A ferro e fogo construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda*. Tese de Doutorado, USP, 1989.

NORONHA, E. G. (2009) *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007*. Lua Nova, São Paulo, 76:119-168.

PEREIRA, S. M. E. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese de Doutorado, UFRJ/PPGSA, 2007.

SANTANA, M. A. (2007) *Da plenitude ao vazio na Cidade do Aço: memórias dos movimentos sociais em Volta Redonda (1980/1990)*. In: Revista de História Oral, v. 9, Rio de Janeiro.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. (1990) *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. – 1º ed. – Petrópolis. Editora Vozes.

VEIGA, S. M; FONSECA, I. (2008) *Volta Redonda: entre o aço e as armas*. IMO's gráfica e editor Ltda.